

European Association for Body-Psychotherapy (EABP)

Código de Ética

Escolhemos definir o nosso posicionamento ético relativamente a:

- A) Terapia individual;
- B) Terapia de grupo;
- C) Formação;
- D) Supervisão;
- E) Investigação;
- F) Relações profissionais;
- G) Declarações públicas.

Estas categorias estão geralmente divididas nos seguintes temas:

- 1) Contrato
- 2) Confidencialidade
- 3) Presença
- 4) Avaliação
- 5) Honestidade
- 6) Respeito
- 7) Poder
- 8) Sexualidade
- 9) Congruência de relações

A – TERAPIA INDIVIDUAL

Princípio de Contrato: O terapeuta psico-corporal faz um contrato claro com os seus clientes, prevendo questões tais como frequência, pagamento, métodos e níveis de intervenção e objectivos específicos, bem como a duração das sessões e (se conhecida) da terapia.

Exemplos: O terapeuta psico-corporal informa o cliente sobre a sua avaliação profissional. Descreve-lhe o tratamento e métodos e proporciona ao cliente a liberdade para questionar ou recusar qualquer procedimento específico ou terminar a terapia. O terapeuta tem procedimentos claros para iniciar e finalizar a terapia e de a cancelar e informa o cliente sobre os mesmos no começo da terapia. Informa-o com antecedência acerca das interrupções do tratamento. O terapeuta geralmente mantém o nível de intervenção acordado e trabalha tendo em vista o objectivo contratado da terapia, ou renegoceia-o. O espaço de trabalho deverá ser adequado. Quando o cliente é legalmente menor, o terapeuta é responsável tanto perante este como perante os seus pais ou tutor legal.

Princípio da Confidencialidade: O terapeuta psico-corporal guarda em sigilo toda a informação sobre o cliente, quer esta lhe tenha sido transmitida pelo próprio, de outros ou resulte da sua própria percepção. Esta confidencialidade deverá incluir a própria relação terapêutica. Esta regra só poderá ser transgredida, sem o consentimento do cliente, quando

for claro que manter a confidencialidade significa transgredir a lei ou colocar em risco o cliente ou outra pessoa. Se o terapeuta quebrar a confidencialidade, o cliente deverá ser imediatamente informado.

Exemplos: O terapeuta psico-corporal faz e utiliza gravações vídeo e áudio apenas com o consentimento escrito do cliente e só depois de terem avaliado qual o impacto potencial no processo terapêutico. Informa o cliente sobre supervisão e sobre o armazenamento das gravações. Poderá dar informação acerca do cliente mediante o seu consentimento específico, anotando por escrito que obteve esse consentimento, no caso de transferir o cliente para outro profissional. Se o terapeuta quebrar a confidencialidade, o cliente é imediatamente informado.

Princípio da Presença: O terapeuta psico-corporal empenha-se em estar energética, emocional e cognitivamente presente, centrado na relação terapêutica. Respeita os limites e os processos internos do cliente. Não permite que as suas próprias necessidades ou desejos tenham um papel dominante na relação.

Exemplos: O terapeuta psico-corporal mantém uma atitude atenta e interessada. Ele rodeia-se de condições interiores e exteriores que o mantêm equilibrado e disponível. Ele colocará assuntos de nível contratual e interpessoal e estará atento às transferências e contra-transferências no processo terapêutico. Ele relaciona-se com o cliente a um nível apropriado e evita isolá-lo ou magoá-lo desnecessariamente. Ele evita redefinir temas de forma pouco apropriada, por ex., rotulando ou exibindo conhecimentos.

Princípio da Avaliação: O terapeuta psico-corporal encontra-se num processo contínuo de avaliação da terapia, do progresso da terapia e da sua própria utilidade para o cliente. Esta avaliação determina as suas acções.

Exemplos: No começo da terapia, o terapeuta avalia as necessidades do cliente e a sua capacidade de o ajudar. Respeita a condição de saúde médica do cliente e encoraja-o a procurar a ajuda apropriada. Pondera sobre a adequação das suas intervenções e do processo terapêutico de interacção ao nível contratual, interpessoal e transferencial. Está atento ao efeito da terapia no dia a dia da vida do cliente e também às repercussões das ocorrências diárias da vida do cliente no processo terapêutico. Negoceia o fim da terapia se considerar que o seu trabalho já não tem utilidade para o cliente.

Princípio da Honestidade: O terapeuta psico-corporal mantém uma atitude honesta relativamente aos seus conhecimentos e às suas capacidades, às limitações da terapia e à sua percepção sobre o cliente, bem como à interacção entre estes dois aspectos.

Exemplos: O terapeuta psico-corporal avisa o cliente caso as questões apresentadas ultrapassem as suas capacidades. Ele expõe ao cliente a utilidade dos seus conhecimentos e das suas ferramentas, bem como a de outros profissionais. Ele apresenta com exactidão a percepção que tem do cliente e da situação terapêutica. Quando oportuno, dispõe-se a reconhecer os seus próprios sentimentos, erros, lapsos de atenção, etc. Quando apropriado, dispõe-se a apresentar as ideias e os valores – sociais, pessoais, espirituais, éticos e intelectuais – intrínsecos ao seu trabalho.

Princípio do Respeito: O terapeuta psico-corporal respeita os limites do cliente, nomeadamente: físicos, pessoais, espirituais, religiosos e políticos.

Exemplos: O terapeuta não interfere nas decisões tomadas pelo cliente, a não ser que delas resultem danos para o cliente ou outros. Se o terapeuta tem estruturas pessoais e sociais opostas às do cliente, ou as desconhece, de tal modo que sinta que isso prejudica a terapia, ele actua adequadamente: confrontando, aprendendo, pedindo supervisão, mudando o contrato ou terminando a terapia.

Princípio do Poder: O terapeuta psico-corporal usa a sua posição de uma figura de poder para com o cliente para promover o crescimento e a autonomia do cliente e não para se valorizar ou engrandecer.

Exemplos: O terapeuta psico-corporal preocupa-se em só iniciar processos que o cliente seja capaz de integrar. Ele/a não explora o cliente financeira, emocional ou sexualmente. Apoia a percepção e o poder do cliente no que diz respeito aos seus direitos e necessidades. Ele fortalece o amor-próprio do cliente através do apoio e do exemplo. Ele estabelece o respeito mútuo e os limites opondo-se adequadamente ao cliente.

Princípio da Sexualidade: O terapeuta psico-corporal está centrado e confinado na sua própria sexualidade e assim ajuda o cliente no seu crescimento psico-sexual. Ele não usa sentimentos sexuais para engrandecimento pessoal ou auto-gratificação.

Exemplos: O terapeuta psico-corporal responde de um modo sensível e cuidadoso aos sentimentos sexuais do cliente, quer estes ocorram ao nível filho/pai ou num nível adulto. Ele não tem relações sexuais com o cliente, nem se comporta sedutoramente. Ele termina a terapia caso o ambiente sexual se desenvolva até um ponto que prejudique a sua lucidez ou quando a sua contenção se torne inadequada. A conclusão da terapia inclui pelo menos uma sessão consigo e com o cliente e um terceiro profissional para ajudar a clarificar a relação terapêutica. A duração e o pagamento do processo de conclusão são providenciados com a ajuda deste profissional.

Princípio da Congruência de Relacionamentos: O terapeuta psico-corporal tem de estar atento a outras relações que ele directa ou indirectamente possa ter com o cliente e que influenciem ou interfiram com a relação terapêutica. Ele evita-as ou clarifica-as.

Exemplos: O terapeuta psico-corporal normalmente evita trabalhar em relações duplas, por ex., com empregados, amigos próximos, familiares, etc. Ele reconhece que contactos sociais externos à terapia podem criar complicações e evita-os quando possível, ou clarifica o seu impacto na terapia. Se a contenção da situação terapêutica se tornar insuficiente, o terapeuta termina a terapia. O processo de conclusão inclui pelo menos uma sessão do terapeuta e do cliente com um profissional externo para ajudar a clarificar a relação contratual. Usar procedimentos subsequentes como no ponto anterior. Geralmente o terapeuta não entra em relações privadas nem de outro tipo profissional, por ex., como consultor, do cliente ou de seus próximos.

Princípio de Monitoria: O terapeuta psico-corporal reavalia constantemente a extensão, profundidade e qualidade da terapia e da formação que recebeu, e certifica-se, por meios apropriados, de que quaisquer falhas são remediadas.

Exemplos: O terapeuta participa regularmente em conferências ou encontros profissionais, assina revistas profissionais, e/ou recebe supervisão individual ou em grupo apropriada, em especial em novas áreas de trabalho para esse terapeuta, ou onde o terapeuta esteja a experienciar qualquer tipo de envolvimento ou dificuldade emocional. O terapeuta frequenta módulos de formação avançados ou outras sessões de formação em áreas para as quais se está a expandir, ou com novos grupos de clientes (por exemplo, trabalhando com crianças), ou em áreas em que existem novos desenvolvimentos significativos desde que o terapeuta se formou.

B – TERAPIA DE GRUPO

Princípio: Os princípios éticos da terapia de grupo são os mesmos da terapia individual, mas aplicados a uma situação em que o terapeuta psico-corporal avalia as necessidades do grupo e as necessidades individuais dos seus membros.

Exemplos: apenas serão dados quando divergirem dos já apresentados na terapia individual.

Princípio da Confidencialidade: Todos os membros do grupo concordam em manter uma confidencialidade mútua. Gravações vídeo e áudio apenas serão feitas com o consentimento de todos os membros do grupo envolvidos.

Princípio da Avaliação: O terapeuta psico-corporal considera as necessidades de todo o grupo sempre que lidar com assuntos relativos ao grupo – incluindo os momentos em que negocia a admissão individual de um elemento, ou quando efectue sessões individuais com membros do grupo.

Princípio do Respeito: O terapeuta psico-corporal encoraja o respeito básico entre membros do grupo.

Princípio do Poder: Ele encoraja a confrontação e o apoio adequados entre membros do grupo, desencorajando ao mesmo tempo o aparecimento de bodes expiatórios e o conluio.

Princípio da Sexualidade: Ele tem uma política clara em relação a envolvimento de cariz sexual entre membros do grupo.

Princípio da Congruência dos Relacionamentos: O terapeuta psico-corporal considera os efeitos de relacionamentos extra-terapêuticos com membros do grupo, tendo em conta o grupo como um todo e procede conformemente.

C – FORMAÇÃO

Princípio: Os princípios aqui em questão são os mesmos da relação terapêutica, mas aplicados a uma situação em que o formador responde às necessidades pessoais e de grupo como elementos necessários ao desenvolvimento da capacidade profissional dos formandos.

Exemplos: A aprendizagem presume-se que é efectuada num ambiente de grupo e os exemplos apenas serão dados quando diferirem dos já apresentados na Terapia de Grupo.

Princípio Contratual: O formador é responsável por uma avaliação satisfatória durante o processo de aprendizagem e na conclusão da formação e poderá dispensar o formando por razões tais como falta de maturidade, aplicação ou competência. Caso o formando seja demitido da formação, ou ameaçado de o ser, é necessário que ele seja avisado claramente, dando-lhe uma oportunidade para redimir a sua postura e a possibilidade de objectar contra a sua demissão. Estabelece no início as regras da aprendizagem e garante a qualidade da formação e os preços acordados.

Princípio da Confidencialidade: O formador considera todas as experiências pessoais dos formandos que foram partilhadas durante a formação, psicoterapia de grupo ou na terapia individual, como confidenciais dentro das estruturas em que foram apresentadas. Ele partilha a avaliação das competências e as qualificações do formando com o supervisor(es) e com outros formadores, mas não com o terapeuta individual do formando.

Princípio da Avaliação: O formador avalia o formando dentro das suas necessidades, recursos e capacidade em assimilar o material apresentado, para que ele os possa vir a usar profissionalmente.

Princípio do Respeito: O formador pode estabelecer requisitos específicos em relação ao desenvolvimento pessoal do formando que irão ao encontro das exigências da aprendizagem.

Princípio do Poder: O formador usa o seu poder para manter e estabelecer a estrutura e qualidade da formação. Acolhe com agrado o resultado de uma organização democrática dos formandos. Encoraja os formandos a partilhar a sua avaliação sobre a organização e o programa de formação. Escuta a opinião dos formandos sobre a organização e o programa de formação e toma em consideração as suas sugestões. Reconhece o poder da relação de formação, o potencial de distorção a partir dos processos pessoais do formador e como estes podem afectar a futura vida profissional do formando, tomando as precauções apropriadas.

Princípio da Sexualidade: O formador normalmente não aceita o seu parceiro sexual no grupo de formação. (O formador não aceita formandos como parceiros sexuais.) O formador não tem nenhum contacto ou relações sexuais com formandos durante o período da formação.

Princípio da Congruência: O formador clarifica relações incongruentes existentes durante a formação. Ele está atento a eventuais conflitos ou constrangimentos entre os formadores e os formandos.

D – SUPERVISÃO

Princípio: Os princípios éticos da supervisão são os mesmos da terapia individual e de formação, mas aplicados a uma situação em que o supervisor apoia ou confronta o supervisionando, ajudando-o a melhorar o seu desempenho profissional.

Exemplo: Apenas serão dados quando divergirem dos já apresentados em *Formação*.

Princípio Contratual: O supervisor expõe claramente a diferença entre supervisão e terapia e em todos os momentos respeita este limite e a diferença entre uma e outra.

Princípio de Congruência: O supervisor não aceita pessoas íntimas para supervisão.

E – INVESTIGAÇÃO

Princípio: O investigador geralmente cumpre as normas de conduta descritas para os respectivos relacionamentos envolvidos na investigação, por ex., terapia individual, terapia de grupo, etc., a não ser que a pesquisa recaia directamente sobre qualquer uma destas normas.

Exemplo: Na prática, uma investigação que envolva uma possível transgressão das normas de ética da EABP será submetida à Comissão de Ética para discussão.

F – RELAÇÕES PROFISSIONAIS

Princípio: Esta categoria envolve essencialmente relações simétricas e não assimétricas, e o principal princípio ético é o Respeito. O terapeuta psico-corporal encara a competência específica e a responsabilidade dos colegas e outros profissionais com respeito. Tem consciência de quando pode usar a competência e os recursos técnicos e administrativos de outros profissionais, em benefício dos seus clientes.

Exemplo: O terapeuta tem em conta relações terapêuticas já existentes e age em conformidade. Ele evita terapias paralelas, mas se isso acontecer, ele explica e clarifica a situação ao cliente. É leal aos seus colegas e não demonstra publicamente diferenças de opinião quando estes estão ausentes ou quando essas declarações tenham carácter interrogatório. Obtém a permissão do cliente antes de requerer informação de outros profissionais envolvidos no tratamento do seu cliente.

G – DECLARAÇÕES PÚBLICAS

Princípio: O terapeuta psico-corporal comporta-se com integridade quando representa a sua profissão e apresenta o seu trabalho e teorias com precisão.

Exemplos: Elogia as qualidades de outros terapeutas e reconhece que nenhum sistema ou terapeuta é universalmente superior. Apenas publica trabalhos com o seu nome quando forem seus ou quando tenha contribuído de forma significativa na sua elaboração. Não deve ocultar ou evitar críticas em público ao seu trabalho. Ao anunciar o seu trabalho deverá fazê-lo de forma clara e concisa. As suas declarações, a sua publicidade ou publicações profissionais não devem conter informação falsa, fraudulenta, desleal ou enganadora.